

VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que *altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur.*



SF/19368.64463-48

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para deliberação, o Projeto de Lei (PL) nº 2.406, de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que *altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur.*

Pelo art. 1º da proposição, altera-se o art. 20 da Lei nº 11.771, de 2008 (Lei Geral do Turismo), de forma a incluir entre as fontes de financiamento do Fungetur 10% da arrecadação com o adicional à tarifa de embarque internacional a que se refere o art. 1º da Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.

No art. 2º, modifica o inciso II do § 1º do art. 63 da Lei nº 12.462, de 2011, dispondo que, dentre os recursos do FNAC, constem 90% dos recursos referidos no art. 1º da Lei nº 9.825, de 1999. Destarte, não mais a integralidade dessa fonte de receita, para compensar os 10% disponibilizados ao Fungetur.

O art. 3º traz a cláusula de vigência, a partir de *1º de janeiro do exercício subsequente ao da sua aprovação.*

O autor justifica:

[...] que o turismo é uma das atividades que mais crescem no mundo, constituindo forte geradora de empregos, de renda e divisas, e por isso, no Brasil, o turismo precisa tornar-se mais competitivo, o que requer maior apoio do Governo. [...]

Em suma, reforçar o Fungetur terá papel fundamental para alavancar o crescimento do turismo no País, melhor aproveitando um potencial econômico historicamente negligenciado.

A matéria foi encaminhada à CDR e, seguirá, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CDR, entre outras coisas, *opinar sobre proposições e políticas relacionadas ao turismo*, consoante os incisos VI e VII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A proposição em tela é extremamente louvável, por oferecer mais uma fonte de recursos ao Fungetur, que *tem por objeto o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico*, conforme dita o art. 19 da Lei Geral do Turismo (LGT).

Com os 10% da receita arrecadada com o adicional sobre a tarifa de embarque internacional de que trata o art. 1º da Lei nº 9.825, de 1999, o Fungetur teria um pequeno aumento de cerca de R\$ 65 milhões. No entanto, esse acréscimo representa muito para a promoção do turismo, que sofre sem verbas para sua promoção.

Atualmente, esses valores vão totalmente para o FNAC, que perderiam cerca de 1%, posto que essa fonte orçamentária equivale a 13,4% das receitas deste Fundo.

Vale lembrar que o aumento do turismo aumentaria a arrecadação do adicional à tarifa de embarque internacional, que turistas estrangeiros pagam ao voltar aos seus países de origem depois de



conhecerem as belezas de nosso País. Existe, portanto, uma compensação nessa “perda” de recursos.

Há apenas a necessidade de adequar o *caput* do art. 2º da Lei nº 9.825, de 1999, que *dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional, e dá outras providências*, para acrescentar o desenvolvimento e o estímulo ao setor turístico à destinação do adicional sobre tarifa de embarque internacional.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade.

Quanto à boa técnica legislativa e redação, é necessária uma emenda de redação ao art. 3º do projeto, que contém a cláusula de vigência, de modo que a entrada em vigor se dê em 1º de janeiro do exercício subsequente ao da sua publicação, como de praxe, e não da “aprovação”. Ademais, é preciso adequar a ementa às mudanças sugeridas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDR (REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, a seguinte redação:

Altera as Leis nºs 9.825, de 23 de agosto de 1999, 11.771, de 17 de setembro de 2008, e 12.462, de 4 de agosto de 2011, para incluir, entre as fontes de financiamento do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, dez por cento da arrecadação com o adicional à tarifa de embarque internacional.



EMENDA Nº – CDR

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, renumerando-se os seguintes:

“**Art. 1º** O *caput* do art. 2º da Lei nº 9.825, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 2º** A receita a que se refere o art. 1º será destinada ao desenvolvimento e fomento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, bem como ao desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.

.....’ (NR)”

EMENDA Nº – CDR (REDAÇÃO)

Dê-se ao atual art. 3º do Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro do exercício subsequente ao da sua publicação.”

Sala da Comissão,

Senadora ELIZIANE GAMA

